



Apresentação do Dossiê

Políticas, práticas e culturas inclusivas em contextos universitários distintos

*Fabiane Adela Tonetto Costas**

*Fabiane Vanessa Breitenbach***

*Sabrina Fernandes de Castro****

*Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins*****

A afirmação de direitos e a educação formal de pessoas com deficiência é algo recente no Brasil. Esse processo vem se estabelecendo a partir de normativas que datam dos anos 1990, do século XX, que tiveram por motivação um rearranjo do capital, conduzido por organismos multilaterais¹, os quais influenciaram e guiaram significativamente as políticas educacionais no contexto internacional e brasileiro.

* Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Titular da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: fabiane.costas@ufsm.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3514821940003826>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3698-2782>.

** Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: fabiane.breitenbach@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7813301537181640>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6163-8225>.

*** Doutora em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos. Professora Adjunta da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: sabrinafcastro@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5892665490499253>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2204-6136>.

**** Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professora assistente doutora do Departamento de Educação Especial e do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail: sandra.eli@unesp.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8471116829733774>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4247-1447>.

¹ ONU, Fundo Monetário Internacional- FMI, Banco Mundial, Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), Programa das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a

No Brasil, apenas mais recentemente, a partir de 2008, a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva passa a orientar os sistemas, influenciando a elaboração de políticas públicas nos âmbitos do ensino nas esferas municipal, estadual, e federal. No caso dessa última instância, houve concessão de auxílios via oferta de editais de apoio ao ingresso e permanência de pessoas com deficiência nas universidades federais brasileiras.

Nesse sentido, cabe ressaltar que, embora houvesse esses incentivos governamentais, nos contextos universitários a presença de pessoas com deficiência na Educação Superior, ainda se constitui uma realidade que merece mais estudos, ser melhor explorada e ampliada.

Atualmente, no Brasil a garantia legal e a compulsoriedade desse acesso ocorrem sob a forma da Lei 13.409/16, que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais nas universidades brasileiras. Havendo sido proposto por iniciativas pioneiras de algumas universidades, como a Universidade Federal de Santa Maria em 2007 e a Universidade Federal do Paraná em 2009, com vistas a reservar vagas para esses estudantes.

Diante desse cenário este dossiê “Políticas, práticas e culturas inclusivas **em contextos universitários distintos**”, tem por finalidade possibilitar a reflexão sobre políticas, culturas e práticas inclusivas endereçadas às pessoas com deficiência, nos espaços formativos das Universidades do Brasil e Europa.

Os trabalhos derivam de pesquisas acadêmicas realizadas por pesquisadores de universidades brasileiras e estrangeiras com notória expertise na temática que fazem parte do Projeto de Pesquisa em Rede denominado de “Inclusão e Acessibilidade em contextos distintos”, do Programa UNIVERSAL/ CNPq (Proc. 425167/2018-6 - atual) e do PRINT/CAPES – Eixo 4. Projeto Internacional Diferença, Inclusão e Educação” - Edital PROPG 02/2019 (AUXPE Nº 88881.310517/2018-01 - Tema sociedades plurais).

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

As ações desenvolvidas por este grupo de pesquisadores estão em consonância com as metas do Comité Académico de Accesibilidad y Discapacidad, da Associação do Grupo de Universidades de Montevideo (CAAyD/ AUGM <http://grupomontevideo.org/sitio/que-es-un-comite-academico/>), caracterizado como um espaço representativo de trabalho coletivo e acadêmico com o propósito de assessorar o desenvolvimento e implementação de políticas públicas institucionais de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência, na Educação Superior, e com as atividades desenvolvidas na Red Interuniversitaria Latinoamericana y del Caribe sobre Discapacidad y Directos Humanos (RIDDH - <http://red-universidadydiscapacidad.org/>).

Também conta com apoio da Rede de Pesquisa em Acessibilidade, Diversidade e Inclusão da Unesp (REPADI - <https://www.acessibilidade.unesp.br/>), que promove o desenvolvimento e a disseminação de estudos, pesquisas sobre políticas, culturas e práticas inclusivas, em contextos universitários distintos.

Pretende publicizar as formas de identificação das demandas singulares desse grupo no acesso à direitos que garantam a sua plena participação na Educação Superior, sua aprendizagem e a conclusão dos cursos.

Busca, assim, traçar um panorama sobre o desenvolvimento de estratégias educacionais que priorizem processos de mobilização e a escuta de pessoas em situação de deficiência nesta etapa de ensino. Os manuscritos de origem nacional, em diálogo estreito com a produção estrangeira, derivam de produções assinadas por pesquisadores de universidades brasileiras e estrangeiras, cuja autoria é legitimada por sua reconhecida trajetória acadêmica dos estudos da compreensão social da deficiência e dos processos de inclusão.

Das contribuições internacionais assinam conosco a proposta pesquisadores da Universidade do Minho e da Universidade de Aveiro em Portugal. Os artigos nacionais representam a produção científica de pesquisadores das seguintes universidades brasileiras: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/SP); Universidade

Federal do Paraná (UFPR/PR), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA/RS) e Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/PR).

Sua concretização contribuirá para disseminar estudos e pesquisas nacionais e internacionais acerca da construção de políticas, culturas e práticas inclusivas voltadas às pessoas com deficiência, difundindo as formas de identificação das demandas singulares desse grupo no acesso à direitos que garantam a sua participação na Educação Superior e contribuindo para traçar um panorama sobre o desenvolvimento de estratégias educacionais que priorizem processos de mobilização e escuta destes sujeitos nesta etapa de ensino.

O primeiro texto nominado de *Políticas educativas e a inclusão no Ensino Superior: percepções sobre o contexto*, escrita por Evelyn Santos, Dayse Cristine Dantas Brito Neri de Souza, do Centro Universitário Adventista de São Paulo, UNASP - Brasil, Paula Ângela Coelho Henriques dos Santos, da Universidade de Aveiro – Portugal, objetivou conhecer as percepções de colaboradores (n=90) de Instituições de Ensino Superior portuguesas sobre o papel das políticas educativas em prol da inclusão. Os dados, provenientes de um inquérito online, foram tratados sob a técnica de análise de conteúdo, com apoio do software web QDA. Os resultados evidenciaram 60 referências na categoria de-potencialidades-refletidas na garantia da efetivação do percurso acadêmico de estudantes com NEE no Ensino Superior e concretização dos seus direitos. Verificou-se que 91,7% dos participantes compreendem que as políticas educativas são importantes para o seu país, pelo que 88,2% dos colaboradores acreditam que estas políticas potenciam a inclusão e a permanência de estudantes com NEE no Ensino Superior, na qual 40,7% verificaram ações de apoio e incentivo, ao nível político, em prol da inclusão em Portugal.

A pesquisa intitulada *Política de identificação de estudantes em situação de deficiência em uma universidade pública brasileira*, de Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins e Juliana Cavalcante De Andrade Louzada - Universidade Estadual Paulista - Unesp/ Campus Marília -

Brasil, caracterizada como segundo artigo, teve por finalidade analisar quais foram os critérios institucionais utilizados por uma universidade pública do Brasil para delinear o perfil de estudantes em situação de deficiência no Ensino Superior, usuários dos serviços de Educação Especial, a partir da leitura dos dados Censitários da Universidade e, de que modo tais dados comungam com as políticas educacionais inclusivas vigentes. Por conseguinte, buscou compreender como as políticas institucionais da universidade se correlacionam com as do Censo do Ensino Superior e Políticas Educacionais Inclusivas no que refere aos apoios e medidas protetivas de acesso a esta etapa de ensino à população mencionada. Os resultados demonstraram um descompasso na caracterização dos marcadores que retratam o perfil do público em relação às designações referenciadas na Lei Brasileira de Inclusão. A escassez de práticas institucionais inclusivas dirigidas a este tema, somadas à falta de clareza na compreensão sobre as demandas educacionais declaradas pelos estudantes contribuem para manter um clima de instabilidade das tratativas de respostas à permanência deste público na universidade investigada.

O terceiro artigo intitulado *Psicologia e inclusão: uma proposta de intervenção aos estudantes com deficiência no ensino superior*, as autoras Ana Paula Camilo e Ciantelli e Lúcia Pereira Leite - Universidade Estadual Paulista - Unesp/ Campus Bauru - Brasil, buscaram analisar os efeitos de uma proposta de intervenção da área da Psicologia Escolar e Educacional, voltada para a inclusão social e educacional de estudantes com deficiência no contexto universitário. Foram destacados os procedimentos qualitativos e suas respectivas análises, iluminando as atuações do profissional da Psicologia com o mediador e facilitador, por meio de uma análise crítica dos encontros e análise pelo núcleo de significação dos relatos obtidos nas entrevistas. Os resultados indicaram que o programa de intervenção de apoio psicológico se configurou como um local de escuta, acolhimento e voz de estudantes com deficiência na instituição. Concluíram que a Psicologia Escolar e Educacional pode contribuir para favorecer o empoderamento de estudantes com deficiência,

seu desenvolvimento pessoal, social e acadêmico, possibilitando uma participação mais ativa desses sujeitos no Ensino Superior.

O quarto artigo denominado *Inclusão e ensino superior: práticas pedagógicas com alunos com deficiência/NEE na perspectiva da psicologia histórico-cultural*, escrito por Elisabeth Rossetto e Jane Peruzo Lacono - Universidade Estadual do Oeste do Pará/ Unoeste - Brasil, discute o processo de inclusão de alunos com deficiência/necessidades educacionais especiais no Ensino Superior, destacando algumas questões sobre a prática pedagógica que vem sendo realizada na Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE. Fundamenta-se na Psicologia Histórico-Cultural que permite compreender como ocorre o processo de desenvolvimento do sujeito a partir do estudo dos fenômenos em sua historicidade, em um processo dialético, contemplando as dimensões da totalidade. As autoras preconizam que a educação desses alunos, está embasada numa legislação que vem se ampliando nos últimos anos, e necessita, na maioria dos casos, de algum tipo de atendimento educacional especializado como apoio e complementação do trabalho docente. As práticas pedagógicas realizadas, historicamente, na maioria das universidades ainda apresentam uma concepção de desenvolvimento humano sustentada pelo caráter biológico. Compreende-se que tais orientações são coerentes com a formação de um homem que se adequa à sociedade capitalista que preconiza por uma formação unilateral, com aquisição de competências restritas e imediatas. Como resultado, a pesquisa possibilitou sobre a importância de uma prática pedagógica inclusiva, que contribua para a construção de um sujeito crítico e consciente, que possa se apropriar do conhecimento científico e concluir seus estudos com qualidade.

O artigo intitulado *Possibilidades para a aprendizagem do estudante com Deficiência Intelectual na Educação Superior: uma análise a partir dos estudos de Vigotski*. Fabiane Vanessa Breitenbach; Fabiane Adela Tonetto Costas da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, caracterizada como a quinta pesquisa, teve por finalidade analisar as narrativas de diversos profissionais sobre os processos de aprendizagem

dos estudantes com deficiência intelectual na Educação Superior. Foram realizadas entrevistas com servidores públicos, sendo profissionais dos Núcleos de Acessibilidade, profissionais de apoio pedagógico, professores e coordenadores de cursos. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas através da técnica de Análise Textual Discursiva e fundamentadas pelos estudos de Lev Semionovitch Vigotski. Os resultados indicam que a aprendizagem dos estudantes com deficiência intelectual na Educação Superior está relacionada aos seguintes fatores: estratégias utilizadas pelos estudantes para a compensação da deficiência; a coletividade que também atua para compensação da deficiência, favorecendo o desenvolvimento das funções psíquicas superiores; a mediação dos professores através da adoção de diferentes estratégias pedagógicas. Conclui-se que há possibilidades para a aprendizagem dos estudantes com deficiência intelectual na Educação Superior desde que haja estratégias institucionais e pedagógicas e que o grau do comprometimento intelectual do estudante não impossibilite a compensação e a aprendizagem, mediada pela colaboração, na zona de desenvolvimento proximal/imediato/iminente.

O sexto texto, cujo título refere ao *Letramentos bilíngues de estudantes surdos no ensino superior: um estudo das lendas brasileiras*, de Sueli de Fátima Fernandes, da Universidade Federal do Paraná - UFPR/Brasil, apresenta reflexões teórico-metodológicas sobre o processo de letramentos bilíngues de estudantes surdos no ensino superior. A autora toma a enunciação do verbo visual como categoria bakhtiniana que direciona as hipóteses de leitura em português pelos estudantes surdos e ocupa centralidade na produção textual sinalizada em língua brasileira de sinais. Fez-se uso da obra do folclorista Câmara Cascudo e foram selecionadas lendas brasileiras para análise textual de elementos coesivos que operam nas estratégias de referência no texto narrativo em língua brasileira de sinais e na língua portuguesa. Como contribuições teórico-metodológicas, a pesquisa apresenta a utilização da pedagogia visual e de um roteiro que orienta a leitura com destaque aos elementos intertextuais, para textuais e textuais na produção dos sentidos do texto. Destaca-se o

videoregistro de lendas brasileiras em Libras, que contribui para a ampliação do repertório de gêneros textuais sinalizados, pesquisa e diversificação de léxico regional e composição de acervo de materiais e tecnologias em língua de sinais, para a constituição de uma cultura letrada.

Na sequência, o sétimo estudo nomeado como *As perspectivas da Educação Inclusiva no curso de Pedagogia: narrativas de professores iniciantes*, de Glacé Corrêa Machado, Andréia Mendes dos Santos - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS/ Brasil, e Bento Selau da Silva Junior - Universidade Federal do Pampa - Unipampa/ Brasil, objetivou investigar quais são e como podem ser construídas as práticas pedagógicas necessárias aos futuros professores para a inclusão de alunos com deficiência. Participaram da pesquisa futuras professoras, que estão cursando os últimos semestres do curso de Pedagogia de uma universidade federal do sul do Brasil e já atuaram como estagiárias na Educação Básica. A pesquisa de abordagem qualitativa, utilizou as narrativas como instrumento da coleta de dados e, a partir do processo de análise textual discursiva, identificaram-se três dimensões: Educação Inclusiva; Práticas Pedagógicas Inclusivas; Experiência. Os resultados do estudo indicaram as experiências das professoras como novas e significativas e que o elemento principal para a transformação da educação inclusiva passa pela necessidade de formação, estudos, trocas de experiências e de constante construção teórico-prática, que se faz mister no processo inclusivo.

Os estudantes surdos no ensino superior em Portugal: uma reflexão sobre a sua inclusão, escrito por Francislene Cerqueira de Jesus, Anabela Cruz Santos, Theresinha Guimarães Miranda e Wolney Gomes Almeida - Universidade do Minho - Portugal, constitui a oitava pesquisa deste Dossiê, a qual objetivou analisar a inclusão destes estudantes no ensino superior português. O estudo compreende a trajetória de três estudantes surdos vinculados a duas instituições de ensino superior, e cuja comunicação se estabelece pela Língua Portuguesa. Como forma de levantamento de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, nas modalidades presencial e por videoconferência. Os resultados apontam

para a importância de repensar a oferta de ensino permeado pela presença da Língua Gestual Portuguesa (LGP) nas atividades acadêmicas tendo em conta as principais necessidades apontadas pelos estudantes que participaram neste estudo: a) presença do intérprete de LGP nas salas de aula; b) colaboração dos professores da educação superior; c) interações sociais na universidade e d) inclusão de estudantes surdos, o que demonstra a importância de se repensar as práticas inclusivas para estudantes universitários surdos nas Instituições onde o estudo foi realizado.


Por fim o último artigo, titulado como *Formação Médica e Processos Inclusivos: práticas interdisciplinares de ensino balizadas pelos saberes da educação especial*, texto elaborado por Amélia Rota Borges de Bastos e Luciana de Souza Nunes Universidade, da Federal do Pampa - Unipampa, Brasil, discorrem sobre práticas interdisciplinares e suas consequências para a formação dos estudantes de Medicina. Estas vêm sendo protagonizadas entre o Curso de Medicina e o Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Ciências de uma universidade federal da região Sul do Brasil. Dentre estas práticas estão a produção de pranchas em Comunicação Alternativa Aumentativa (CAA) para apoio ao diagnóstico do COVID-19 em pacientes com deficiência; materiais instrucionais acessíveis sobre temas envolvendo a pandemia da COVID 19; curso de CAA para estudantes da área da saúde e formação de profissionais dos serviços de saúde para o atendimento de usuários com deficiência. A motivação dessa pesquisa deveu-se a ser a acessibilidade tema transversal à formação dos egressos desta universidade, se fazendo presente tanto no projeto institucional da universidade quanto nos Projetos Pedagógicos dos Cursos. No entanto, embora tal intencionalidade constar nos documentos institucionais, a materialização de tal temática - para além da garantia dos requisitos legais de acessibilidade presentes nos instrumentos de avaliação do ensino superior - se mostra incipiente. No curso de Medicina, apesar do tema da diversidade e, da garantia de equidade sem qualquer tipo de distinção no atendimento da rede básica, compor as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação dos futuros

médicos, a discussão sobre a temática da deficiência é recente, sendo atualmente impulsionada pela demanda de recursos para este público, em específico, na atenção básica de saúde, em função da pandemia da COVID-19. Portanto, investigou-se o impacto destas práticas e suas decorrências para a formação dos estudantes de Medicina.

Diante do exposto, espera-se que a reunião destes textos permita ampliar a reflexão sobre o debate político, teórico e metodológico de boas práticas formativas a estudantes que, por várias décadas, permaneceram à margem do contexto universitário.

Aproveitamos para desejar a todos, boa leitura!

Apoios:

	 C A P E S P r I n t Programa de Internacionalização PPGE-FFC-Unesp	 Asociación de Universidades GRUPO MONTEVIDEO AÑOS Comité Académico Accesibilidad y Discapacidad – CAAyD
	 UFSM	Red Interuniversitaria Latinoamericana y del Caribe sobre Discapacidad y Derechos Humanos 